

A unidade europeia resistirá aos separatistas?

VILÉM FLUSSER

Peypin d'Aigues. Embora o Cristianismo afirme que o Redentor apareceu há dois mil anos, um número sempre maior de grupos étnicos (bascos, irlandeses, flamengos, occitanos, bretões, tirolese, corses, catalões, etc...), considera-se irredimido. Há, no entanto, diferença - reveladora de mutação profunda, entre o irredentismo do final do século 19 e o da atualidade. A irredenta italiana Oitocentista, e as demais que nela se inspiram, sobretudo a alemã, visavam redimir nações (fragmentadas sob soberanias múltiplas) pelo estabelecimento de Estados Nacionais que abarcariam todos os que falam a mesma língua. Neste sentido, Hitler, ao reunir a Áustria, os sudetos e o corredor no Grande Reich, e ao transferir as minorias alemãs da Itália, Hungria, Romênia e União Soviética para lá, foi o Redentor alemão, embora historicamente um tanto retardado. Mas, esse tipo de redenção não interessa

mais. Atualmente, elas visam o desmembramento dos Estados Nacionais em confederações compostas de minorias com ampla autonomia. O irredentismo Oitocentista foi sintoma de nacionalismo exacerbado; o atual é índice do fim do nacionalismo. É mais que fenômeno político, social ou econômico. Trata-se de fenômeno cultural, cuja importância não pode ser exagerada.

As clássicas nações europeias, no sentido moderno do termo, são comunidades lingüísticas muito curiosas. Embora falem diversos dialetos, dispõem de língua oficial, a "nacional", comum a todos. Assim, os italianos formam uma "nação", mesmo falando dialetos tão diferentes quanto o lombardo e o napolitano, porque todos sabem falar também o italiano. Os alemães compõem uma "nação" — embora o holsteiniano não possa compreender o bávaro —, porque o chamado

"alto-alemão" lhes serve de "koiné" a todos. Essas línguas nacionais são produtos artificiais da Idade Média tardia — o italiano produto de Dante, o alemão produto de Lutero — e preservam essa artificialidade até hoje. Há um sabor de papel impresso, de Enciclopédismo, de Gramática, em todas elas, se comparadas aos dialetos, e, com efeito, devem o poder que exercem sobre as mentes à invenção da Imprensa. O Estado Nacional substituiu o dinástico quando a alfabetização tornou-se geral na burguesia, graças ao livro impresso, e quando o campesinato, transformado em proletariado pela Revolução Industrial, passou a aprender a língua nacional no ensino primário obrigatório, e ficou alienado de seus dialetos. Este processo de alienação da língua materna em prol da língua do dono da fábrica, continuou se acentuando no curso do século 19 e da primeira metade do século 20. O resultado era nacionalismo e degradação das línguas

originais — e das culturas correspondentes — em folclore.

Atualmente, esse processo está se invertendo. O alfabeto deixa de ser o código dominante na comunicação de massa, e cede seu lugar à imagem falada. Isto não implica apenas no texto ameaçado pela imagem, (querer alfabetizar é, no momento, engajamento um tanto reacionário), mas no fato de que a língua falada está ameaçando a língua escrita. Há um renascimento da fala — no rádio, na TV, no cinema, em alto-falantes, etc. — que revela a artificialidade das línguas nacionais, tidas até agora por "naturais", (já que o termo "nação" sugere a idéia de naturalidade). Quando o presidente Giscard se dirige pela TV a "nação", a sua maneira de falar revela ao ouvinte gascão ou picardo não apenas que ele é produto da Escola Nacional de Administração, mas, sobretudo, que é "estrangeiro". E que a língua francesa não apenas encobre uma multiplicidade de falas, estas sim "naturais", mas reprime tais falas. E quando a Sra. Thatcher fala pelo rádio, demonstra ao "cockney" ser não só produto dos subúrbios londrinos, mas também revela às numerosas minorias célticas (os escoceses, os "welsh", etc.), o quanto a língua inglesa reprime as falas "orgânicas" das Ilhas. E tal revelação da artificialidade e de liberação das línguas nacionais — e dos nacionalismos — não pode deixar de ter efeito na consciência dos ouvintes. Em consequência, está começando, em toda parte da Europa, uma busca febril, violenta, às vezes assassina das "raízes".

É claro que essas "raízes" estão, em sua maioria, profundamente enterradas. Não encontrei ninguém, em "Aix-en-Provence", que saiba falar provençal, e duvido que haja muita gente falando o occitano em Toulouse. Mas isto não importa. O que conta no irredentismo atual europeu, não é o seu lado "positivo": a tentativa deliberada, às vezes desesperada, de insuflar vida em cultura há séculos morta. O que conta, é seu lado "negativo", sua negação visceral, embora nem sempre cerebral, do Estado Nacional e de tudo o que ele representa. O empolgante nos corais de camponeses das redondezas, que cantam trovas provençais sem compreender o que cantam, não é a sua deliberada afirmação de separatismo, mas sua negação, geralmente inconsciente, da soberania francesa. O empolgante na ETA não é que os terroristas queiram estabelecer um estado basco (tarefa praticamente impossível), mas que contestem a soberania que Castela exerce sobre a Península Ibérica há tanto tempo. Em resumo: a grande novidade não é que a irredenta afirma "raízes", em grande parte místicas, mas que, ao fazê-lo, contesta o mito da "nação", mito este provado altamente nefasto pelas experiências dos dois séculos passados e por, pelo menos, quatro guerras destruidoras.

O irredentismo contesta a ordem política e social reinante na Europa, desde a Revolução Industrial, de um ângulo apenas suspeitado pelos marxistas. Os "não redimidos" não são os pro-



letários, mas as etnias. Por isto, os movimentos separatistas enquadram-se mal nos esquemas da esquerda, embora sejam, orgânica e objetivamente, movimentos de esquerda. Vale, para esses movimentos, para o movimento ecológico e o da libertação da mulher, a constatação de que os modelos marxistas deixaram de satisfazer à captação da revolução ora em curso na Europa. Mas isso não é consolo para a burguesia. Afinal, tais movimentos também corrompem os alicerces da ordem estabelecida, sejam ou não marxistas.

Os separatismos étnicos que se articulam em toda parte, e que, sem dúvida, aumentarão em intensidade e número no futuro, não podem ser compreendidos fora do contexto do chamado "mercado comum", isto é, da Europa Federal em construção vacilante. (O termo "mercado comum" é deliberadamente prosaico, porque a burguesia quer encobrir com ele o processo, para ela perigoso, do despertar da consciência europeia). Fora do contexto da futura Europa Federal, os separatismos parecem romantismos inócuos, ou loucuras desvairadas, e como tais são apresentados pelos canais oficiais e pelos meios de comunicação de massa.

Por certo, seria romantismo, ou loucura, querer fazer um "estado bretão" ou um "estado ladino", em situação na qual gigantes como os Estados Unidos ou União Soviética se sustentam política, social e economicamente com tamanha dificuldade, em situação na qual "independência" passou a ser apelido, e "interdependência" é a ordem do dia. Mas, dentro do contexto de Federação Européia futura, os separatismos adquirem plena sanidade. A questão por eles posta é a seguinte: será a Europa futura federação de estados nacionais caducos e dominados pela burguesia — a Europa das "pátrias" —, ou será ela uma federação de multiplicidade de territórios autônomos e, portanto, pulverizada do poder interno em prol de poder federal mais efetivo?

Estará a Europa futura condenada a ser aliança entre os interesses dos empresários alemães e franceses? Ou poderá vir a ser um mosaico de interesses menores, ora divergentes, ora convergentes, como são os dos vicultores provençais, ligures e renanos? A questão é esta: já que a Europa precisa unir-se, se quiser fazer face aos gigantes extra-europeus, deverá fazê-lo em base das estruturas nacionais altamente

suspeitas, ou em base de estruturas novas, mais variadas e, portanto, humanas? Deverá sacrificar — ou unir — a sua riqueza de variações, tão tipicamente europeia, ou deverá, pelo contrário, salientar tal diversidade? Deverá deixar de ser "européia" ou acentuar a "europeidade"?

O problema ultrapassa o campo de interesse meramente europeu. Por decadente que seja, a Europa continua sendo, em muitos sentidos, modelo da Humanidade toda. As diferenças étnicas europeias evocam as diferenças asiáticas e africanas. E quanto à América Latina, para a qual o problema étnico tem outros aspectos, não é difícil imaginar regionalismos paralelos aos dos defendidos pela nova irredenta. Por isto, acompanhar o seu desenvolvimento atual é tão apaixonante. Afinal, não é um movimento provinciano. É, pelo contrário, cosmopolita, modelar para a Humanidade toda. Estamos presenciando o surgimento de categorias políticas, sociais e culturais novas; uma alternativa ainda insuspeita para a sociedade de massa.